

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

MATHEUS LUIS REOLON

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Porto Alegre
2019

MATHEUS LUIS REOLON

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Odontologia da Faculdade de Odontologia
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção
do título de Cirurgião-Dentista

Orientador: Prof. Dr. Francisco Montagner
Coorientadora: Ms. Camila Glock

Porto Alegre
2019

MATHEUS LUIS REOLON

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Odontologia da Faculdade de Odontologia
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção
do título de Cirurgião-Dentista

Orientador: Prof. Dr. Francisco Montagner

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. Francisco Montagner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Ramona Fernanda Ceriotti Toassi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof Dr Ricardo Abreu da Rosa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos meus pais, Osmar e Cristina, que nunca mediram esforços para proporcionar estudo e oportunidades aos filhos.

Aos meus irmãos Lilian, Luciano e Ana, e aos meus cunhados Bruno e Kelly, que sempre me enriqueceram com seus exemplos de dedicação acadêmica.

À minha afilhada Catarina, que me encheu de alegria com suas brincadeiras e curiosidade ao longo desses cinco anos.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Francisco Montagner, que me auxiliou em inúmeros projetos durante minha graduação e foi essencial para a elaboração desse trabalho!

À Camila Grock, que me ajudou durante a elaboração do projeto e do trabalho final, sempre disponível para dúvidas!

Às Professoras Susana Maria Werner Samuel, Fernanda Visioli e Juliana Jobim Jardim, com as quais aprendi muito, as tendo como tutoras no grupo do Programa de Educação Tutorial.

Aos meus colegas do Programa de Educação Tutorial, com os quais cresci e aprendi juntos por quatro anos.

Ao meu grande amigo e irmão Pedro Melecchi, que dividiu comigo 5 anos de graduação, sempre como minha dupla em diversas cadeiras. Foi essencial para mim!

Aos meus grandes amigos Juliane Fonseca, Mateus Fabiane e Marcelo Lehnen, que foram pilares no meu crescimento, dividindo comigo inúmeros projetos e xícaras de café!

RESUMO

Os cursos de pós-graduação podem ser classificados como *strictu sensu* e *lato sensu*. De acordo com essa classificação, as Especializações em Endodontia são representadas pelo segundo tipo. No Brasil, essa especialidade é reconhecida desde os anos 1970, e todos os cursos cadastrados no país devem seguir normas e padrões, além de serem cadastrados no Ministério da Educação (MEC). Este estudo teve o objetivo de conhecer a distribuição geográfica e características de cada curso registrado. Para isso, realizou-se uma pesquisa em base pública no site do MEC e utilizou-se a plataforma GOOGLE para encontrar os endereços eletrônicos dos cursos, com o intuito de coletar informações adicionais. A partir das buscas, foi possível encontrar um total de 505 cadastros no site do MEC e 117 endereços eletrônicos. Foi possível observar que 39% dos cursos se encontram na região Sudeste e que 61,2% apresentam uma duração de 24 meses. Além disso, constatou-se uma maioria de coordenadores homens, representando 69,1% da amostra, e, também, em relação à titulação, um predomínio de Mestres – 45,1%. Conclui-se que há ausências de informações claras na grande maioria dos cursos, bem como inconsistências com as normas vigentes no Brasil.

Palavras-chave: Endodontia. Pós-graduação. Especialização.

ABSTRACT

Postgraduate courses can be classified as *strictu sensu* or *lato sensu*. Regarding this classification, specializations in endodontics are represented by the second kind. In Brazil, this specialty has been recognized since the 1970s, and all courses registered in the country must follow norms and standards, in addition to being registered with the Ministry of Education (MEC). This study aimed to know the geographic distribution and characteristics of each registered course. For this, we conducted a public search on the MEC website and used the GOOGLE platform to find the electronic sites of the courses in order to collect additional information. From the searches, it was possible to find a total of 505 entries on the MEC website and 117 electronic sites. It was observed that 39% of the courses are in the Southeast region and 61.2% have a duration of 24 months. In addition, a majority of male coordinators were found, representing 69.1% of the sample, and also, regarding the level of education, a predominance of Masters - 45.1%. It is concluded that there is a lack of clear information in the vast majority of courses, as well as inconsistencies with the rules in force in Brazil.

Key-words: Endodontics. Postgraduate. Specialization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	11
3	METODOLOGIA	12
4	RESULTADOS.....	13
5	DISCUSSÃO	18
6	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

As especializações são cursos de pós-graduação ofertados nas mais diversas áreas de conhecimento. O aluno inscrito nessas modalidades busca um aperfeiçoamento e aprofundamento em sua área de interesse. Seguindo a tendência dos cursos de graduação no Brasil, que vivenciou um expressivo aumento nos números de matrícula na primeira década desse século, os cursos de especialização também vivenciam uma expansão considerável (CASAS; GUEVARA; MERIGHI, 2015). Inúmeros são os fatores que podem influenciar essa maior procura. Um deles pode ser a busca pela autonomia técnica e intelectual, visando a prática clínica diária do cirurgião dentista (FREITAS, 2007). Apesar de observarmos esse aumento, alguns obstáculos também podem influenciar negativamente na escolha pela pós-graduação. Profissionais que tenham débitos estudantis, costumam optar pela prática clínica imediata após a obtenção do diploma de cirurgião-dentista (NASHLEANAS *et al.*, 2014).

Os cursos de especialização são divididos em dois tipos: *lato sensu* e *stricto sensu*. O primeiro tipo é voltado para os profissionais que buscam atualização técnica e conhecimento prático para a sua rotina. Já o segundo tipo, *stricto sensu*, representa os cursos de pós-graduação que são voltados à formação de profissionais docentes e pesquisadores (CASAS; GUEVARA; MERIGHI, 2015), e é fundamental para a obtenção de uma força de trabalho para as instituições acadêmicas (NAZAROVA; MARTIN-PEELE; FIFIELD, 2016)

Na área da Odontologia, existem diversas opções de cursos de especialização, dentre as quais se encontra a Endodontia. O seu objetivo é a preservação do dente por meio da prevenção, diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle das alterações da polpa e dos tecidos periradiculares (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, 2012). Ainda, segundo Silva e colaboradores (2018), essa especialidade busca restabelecer a saúde dos tecidos periapicais por meio de procedimentos de desinfecção dos sistemas de canais radiculares. Ela foi reconhecida como especialidade em 1963, na 104ª Assembleia Geral da Associação Americana de Odontologia, e regulamentada no Brasil pelo Conselho Federal através da Resolução CFO-90, de 14 de junho de 1975 (LEONARDO, 1991).

Nem todos os cursos oferecidos abordam os assuntos necessários da mesma forma. Segundo Blacher e colaboradores (2019), uma especialização em Endodontia

deve fornecer aos alunos experiências e treinamentos nas diversas áreas de atuação dessa especialidade. Esse estudo considera as normativas norte-americanas, que seguem resoluções da Associação Americana de Endodontia (AAE), onde um curso de especialização deve ter uma duração mínima de 24 meses de dedicação exclusiva. Ainda, a carga horária clínica total nesses cursos deve ser entre 40 a 60% da carga total, distribuída nos 24 meses (AMERICAN DENTAL ASSOCIATION, 2018).

Ainda, no âmbito da Endodontia nos Estados Unidos, após a conclusão dos cursos de Especialização, os profissionais podem obter placas de certificação, que evidenciam a qualidade técnica do cirurgião-dentista. Segundo Case e colaboradores (2017), essa certificação permite evidenciar especialistas e é o mais alto grau de instrução clínica em Endodontia que se pode obter.

No Brasil, os cursos de especialização em Odontologia devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e, principalmente, pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO). Apenas cursos reconhecidos nessa segunda instância poderão ser anunciados pelos cirurgiões dentistas. Em se tratando de regulamentações pelo MEC, temos a Resolução nº1, de 06 de abril de 2018 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Nela, estão dispostas orientações gerais para cursos de pós-graduação, tais como instituições que podem oferecê-los, cargas horárias mínimas, composição básica do corpo docente, entre outras.

Para a padronização a nível nacional dos cursos de especialização em Endodontia, o Conselho conta com um manual intitulado “Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia”. Ali estão dispostas informações acerca do funcionamento, organização e normas técnicas para a abertura, gerenciamento e oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* em Odontologia (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, 2012). É nesse documento que se encontram informações sobre o corpo docente e coordenadores, carga horária, disciplinas obrigatórias, entre outros.

Embora as normativas para o credenciamento de um curso de pós-graduação *latu sensu* sejam determinadas pelas instâncias competentes, não se conhece a distribuição geográfica das ofertas desses cursos no território nacional. Além disso, o cirurgião-dentista que busca um determinado curso deve estar apto a acessar informações suficientes para que as possíveis dúvidas sejam sanadas. Dessa forma, espera-se que as instituições de ensino forneçam, de alguma maneira, esses dados para os alunos. Uma forma simples e de rápido acesso é via online, a partir de *sites*

criados pelos cursos. Isso garante o acesso à informação e a obtenção de informações relevantes à especialização.

Assim, o objetivo do presente estudo foi obter informações relacionadas à distribuição geográfica dos cursos e também informações que estão contidas em sítios virtuais das instituições, por meio de consulta de dados em banco de dados público.

2 OBJETIVOS

O objetivo do estudo foi avaliar a distribuição geográfica dos cursos de pós-graduação em Endodontia, bem como a possibilidade de extrair informações sobre essas Instituições, a partir de endereços eletrônicos disponíveis na rede mundial de computadores.

Objetivos específicos:

- a) Identificar as características dos cursos, realizando um levantamento de carga horária, duração e periodicidade de oferta;
- b) Coletar dados sobre o perfil dos coordenadores do curso, observando sexo e grau de formação teórico, e o número total de professores envolvidos nas atividades;
- c) Observar, também, o investimento realizado pelos alunos durante a formação de Especialista.

3 METODOLOGIA

O delineamento desse estudo é do tipo censo, observacional transversal. O protocolo de pesquisa foi aprovado pela Comissão de Pesquisa em Odontologia, da Faculdade de Odontologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coletou-se informações sobre todos os cursos de Especialização em Endodontia cadastrados no sítio eletrônico do MEC (<http://emec.mec.gov.br>) acesso em agosto de 2019. O presente estudo não foi submetido à apreciação pelo Sistema CEP/CONEP, pois envolveu a análise de informações de domínio público.

Na base pública, foram coletadas as seguintes variáveis relacionadas aos cursos de especialização em endodontia: distribuição geográfica por região do país; duração do curso em meses; início da oferta; carga horária total; vagas ofertadas por turma; número de egressos; perfil e titulação do coordenador do curso; vínculo com curso de graduação.

A plataforma GOOGLE foi utilizada para que fosse consultada a existência/registro de sítio eletrônico relacionado ao curso. Dos cursos que apresentavam endereços eletrônicos na rede mundial de computadores, foram coletadas informações adicionais, como: mantenedora; periodicidade das aulas; dia da semana e turnos em que ocorrem os encontros; número total de professores.

As respostas foram transferidas para um banco de dados, empregando-se a plataforma EpiData (<https://www.epidata.dk>), sendo posteriormente agrupados. Para análise estatística, foi empregado o pacote estatístico IBM SPSS Statistics v.21 (IBM Corp. Released 2012. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 21.0. Armonk, NY: IBM Corp.). Foi realizada a análise descritiva, sendo os dados expressos como frequência absoluta ou relativa \pm desvio padrão ou mediana e percentis 25 e 75.

4 RESULTADOS

No momento da coleta estavam disponíveis, no sítio eletrônico do Ministério da Educação, informações referentes a 505 cadastros de cursos de especialização em Endodontia. Dos 505 cursos, 117 (23,2%) apresentam endereços eletrônicos de livre acesso na rede mundial de computadores. Desses, foi possível coletar informações referentes a mantenedora em 111 (94,8%) cursos; periodicidade em 81 (69,2%) cursos; turnos das aulas em 59 (50,4%) cursos; número total de professores em 51 (43,5%) cursos e investimento total em 65 cursos. A distribuição das coletas está disposta na **Figura 1**.

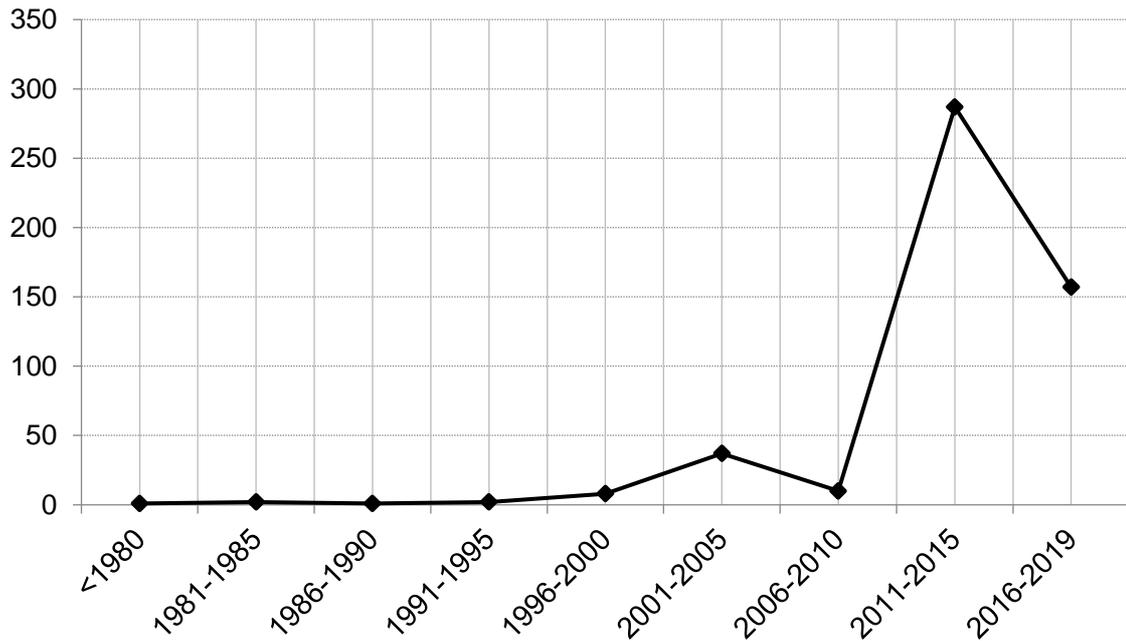
Figura 1. Fluxograma de obtenção de dados no sítio do Ministério da Educação do Brasil e na rede mundial de computadores.



Fonte: o autor.

A **Figura 2** apresenta o início da oferta dos cursos. Observa-se um considerável aumento no quinquênio de 2011-2015, onde foram registrados um total de 287 novos cadastros de oferta de cursos de Especialização em Endodontia no Brasil.

Figura 2. Número de cursos de especialização em endodontia criados no Brasil até o ano de 2019, conforme o sítio eletrônico do Ministério da Educação do Brasil.



Fonte: o autor.

Os cursos foram divididos em relação a sua situação – ativos ou inativos. 446 (88,3%) apresentavam um cadastro ativo, enquanto 59 (11,7%) se mostravam inativos. Em relação à mantenedora dos cursos, 90,5% (106) são oferecidos por instituições de ensino privadas. Apenas 4,2% (5) eram cursos em mantenedoras públicas. Em relação à duração, 309 (61,2%) apresentam um tempo de 24 meses para a conclusão da Especialização. Os dados coletados em relação ao sexo mostraram que os coordenadores são na maioria do sexo masculino (349; 69,1%). Também, notou-se que a titulação de Mestre – 228 (45,1%) – é a mais frequente.

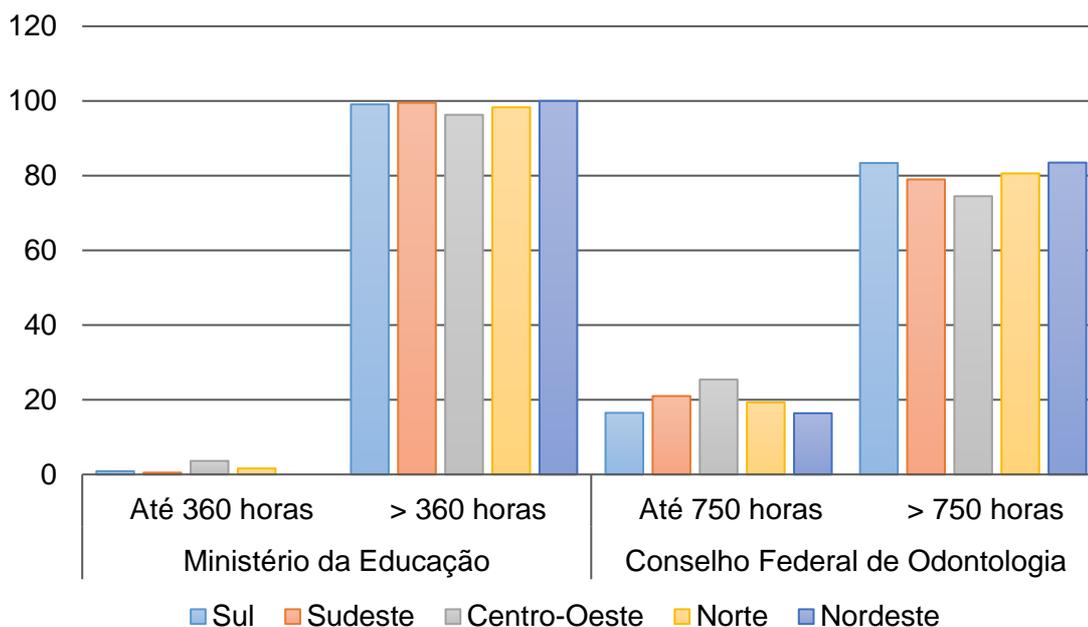
Tabela 1. Dados referentes à situação do curso, à região em que está presente, duração (em meses), carga horária e informações referentes ao coordenador dos cursos.

Variável	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Número de cursos</i>	115	22,7	200	39,6	55	10,8	62	12,2	73	14,4	505	100
<i>Situação</i>												
Ativo	99	86,1	185	92,5	49	89,1	48	77,4	65	89,0	446	88,3
Inativo	16	13,9	15	7,5	6	10,9	14	22,6	8	11,0	59	11,7
<i>Duração</i>												
Até 18 meses	2	1,7	18	9	3	5,5	5	8,1	1	1,4	29	5,7
18 meses	14	12,2	14	7	11	20,0	16	25,8	5	6,8	60	11,9
19 a 23 meses	16	13,9	45	22,5	10	18,2	14	22,6	8	11,0	93	18,4
24 meses	76	66,1	120	60	31	56,4	25	40,3	57	78,1	309	61,2
>24 meses	7	6,1	5	2,5	0	0,0	2	3,2	1	1,4	15	3,0
Não informado	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0	2	2,7	2	0,4
<i>Coordenador</i>												
<i>Sexo</i>												
Masculino	83	72,2	146	73	34	61,8	41	66,1	45	61,6	349	69,1
Feminino	32	27,8	54	27	21	38,2	20	32,3	28	38,4	155	30,7
Não informado	0	0,0	0	0	0	0,0	1	1,6	0	0,0	1	0,2
<i>Titulação</i>												
Especialista	11	9,6	27	13,5	6	10,9	8	12,9	12	16,4	64	12,7
Mestre	60	52,2	67	33,5	35	63,6	32	51,6	34	46,6	228	45,1
Doutor	44	38,3	103	51,5	14	25,5	21	33,9	25	34,2	207	41,0
Pós-doutor	0	0,0	3	1,5	0	0,0	0	0,0	2	2,7	5	1,0
Não informado	0	0,0	0	0	0	0,0	1	1,6	0	0,0	1	0,2

Fonte: o autor.

Quando se considera a carga horária, 99% e 80,3% dos cursos tem carga horária igual ou superior às mínimas estabelecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Odontologia, respectivamente (**Figura 3**).

Figura 3. Carga horária dos cursos, considerando-se a sua distribuição nas regiões geográficas brasileiras. (Fonte: do autor).



Fonte: o autor.

Dos cursos que informaram a periodicidade em que as aulas são ministradas, o mais frequente são aulas mensais – 69 (85,2%). Aulas semanais foram observadas em 4 cursos (4,9%) e aulas quinzenais em 5 (6,2%). Três cursos apresentavam uma periodicidade diferente das anteriormente descritas. Em um deles, a periodicidade informada foi de três vezes ao mês. Em outros dois cursos, não havia essa informação, por serem classificados como Educação a Distância (EAD).

Quando analisados os dados referentes ao turno em que as aulas ocorrem, percebeu-se que 31 (52,5%) têm as aulas no período da manhã, tarde e noite. 23 (38,9%) cursos apresentam as aulas apenas no turno da manhã e da tarde, e 3 (5,08%) à tarde e à noite. 2 cursos não apresentaram essa informação, devido a caracterização como EAD.

Em relação ao número total de professores, observou-se um relato médio de 7 docentes por curso de especialização, sendo que o mínimo foi 1 e o máximo 33 professores.

Ainda, foi possível coletar informações referentes aos valores cobrados por 65 Instituições. O valor médio das parcelas foi de R\$1.228,68, sendo que a de menor valor foi de R\$988,90 e a de maior valor R\$2.600. Em relação ao valor médio total dos cursos, obteve-se uma média de investimento de R\$38.588,64, onde o menor investimento foi de R\$3.904 e o maior de R\$62.400.

5 DISCUSSÃO

O presente estudo foi desenvolvido com o intuito de se conhecer a estrutura organizacional dos cursos de Especialização em Endodontia no Brasil. Apesar de se ter conhecimento da existência de diversos cursos distribuídos pelo nosso país, não se tinham informações precisas quanto à distribuição geográfica, duração, carga horária, perfil do coordenador, entre outros quesitos. Ainda, não havia a possibilidade de estimar a paridade entre os cursos cadastrados, bem como entender se os requisitos propostos pelo Ministério da Educação e as diretrizes exigidas pelo Conselho Federal de Odontologia eram observados pelos ofertantes dos cursos de pós-graduação.

Para realizar esse levantamento em nível nacional, propôs-se uma coleta de dados públicos. Todos os cursos de especialização são cadastrados na plataforma do Ministério da Educação, estando disponíveis para a consulta. As informações coletadas nesse endereço eletrônico foram por vezes escassas, uma vez que não é possível esmiuçar maiores singularidades de cada curso. Tendo isso em vista, se realizou uma busca adicional, utilizando-se o nome do curso cadastrado no Ministério, com sua respectiva cidade. Buscou-se com isso encontrar as páginas específicas das Instituições, entendendo a forma de oferta, o cronograma de atividades, os custos e outras informações que fossem pertinentes ao trabalho e previamente definidas pelos pesquisadores. Empregando-se esse método de pesquisa, foi possível levantar todas as informações públicas disponíveis e algumas adicionais nos sites próprios das Instituições.

Uma limitação encontrada para a realização do estudo foi a ausência dos endereços eletrônicos dos cursos, uma vez que não há exigências vigentes em relação a esse ponto. Isso pode ser observado na Figura 1. Ao iniciar as coletas, foi possível acessar os dados das 505 Instituições cadastradas no Ministério – que originam os resultados expostos na Tabela 1. O número amostral, entretanto, reduz consideravelmente ao se buscar pelos sites, resultando em número inicial de 117 endereços eletrônicos. Uma semelhante redução foi observada nos objetos de pesquisa específicos (como mantenedora, periodicidade, turnos, etc.). Quanto mais específico o cerne da busca, menor foi a disponibilidade da informação. Devido à diversidade e à pluralidade de distribuição, oferta e especificidades dos cursos, o método empregado para a busca se mostra satisfatório, uma vez que é possível se

obter dados básicos – porém relevantes – de todos os cursos cadastrados nas 5 regiões do país, além das informações específicas, que também contribuem para um panorama da Endodontia ofertada em Especialização no Brasil.

Ao se analisar os registros cadastrados no site do Ministério da Educação, que constata a existência de 505 cursos de Especialização em Endodontia no Brasil, tem-se a impressão de que esse grande número fora atingido ao longo dos anos, uma vez que o reconhecimento dessa especialidade no país data de 14 de junho de 1975 (LEONARDO, 1991). É possível constatar um considerável aumento de oferta a partir da década de 2010. De fato, até esse período, havia registros de 61 cursos de Especialização em Endodontia, o que representa cerca de 12% do total observado atualmente. Após esse marco, foram realizados 444 novos registros de oferta de cursos. Um número que não pode ser ignorado.

O grande aumento no número de cursos pode ser resultado de políticas que incentivaram essa criação e que começaram a ser elaboradas em meados dos anos 1990. Sob responsabilidade do governo vigente, em 1995 foi decidido dar flexibilidade para a criação de novos cursos de Especialização, incentivando cursos isolados e instituições específicas. Isso criou um precedente a ser explorado nas próximas décadas, principalmente no âmbito privado, uma vez que o governo àquela época alegou restrições orçamentárias para a expansão no cenário da educação pública (FONSECA; FONSECA, 2016). Ainda, contribuindo para esse aumento, há uma ausência de padrões e quesitos claros de avaliação desses cursos. Uma forma de evidenciar isso é observar o vigente Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, onde observa-se um plano conciso, estruturado e organizado para a qualificação dos cursos tipo *stricto sensu*, mas uma clara ausência de planejamento para os do tipo *lato sensu* (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010).

Os números expressivos indicam, também, a necessidade de refletir acerca da escolha pela pós-graduação. Em um estudo de Unfer *et al.* (2004), constatou-se que cerca de 97% dos alunos de uma Universidade Federal tinham como meta após o término do curso a realização de uma especialização. Fatores que podem influenciar nessa escolha são, por exemplo, *status* profissional, dificuldades no quesito econômico e, principalmente, lacunas de aprendizagem durante a graduação. Há, também, o formato de ensino, que pode servir como impeditivo da formação de

profissionais generalistas, uma vez que em diversos locais a Odontologia é apresentada de forma segmentada e dividida em suas especialidades.

Tendo esse panorama, pode-se entender porque a maioria das ofertas são concentradas no setor privado – que representou 95% dos registros obtidos nesse estudo. A potencialidade da Educação como mercado vem sendo desenvolvida no Brasil há mais de 40 anos, desde a época da Ditadura Civil-Militar (TORRES, 2017). Isso iniciou com parcerias público-privadas, como os convênios entre instituições de ensino superior por municípios da União. Ao se pensar em uma lógica capitalista, permite-se a maior oferta, possibilitando uma maior formação para a população. Porém, há quem seja contra a mercantilização da pós-graduação, pois dizem que pode afetar o direito fundamental de acesso à Educação, embasado pela Constituição Federal de 1988 (RAMOS; DRI, 2012). A tendência atual é de que o número de ofertas privadas aumente, uma vez que a Resolução nº 1 de 6 de abril de 2018 remove a obrigatoriedade dos cursos serem ofertados por Instituições de Ensino Superior ou de pós-graduação *stricto sensu*, e permite que quaisquer Instituições Públicas ou Privadas com reconhecida qualidade pleiteie ofertar cursos junto ao Ministério da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Quando observado os dados referentes aos coordenadores dos cursos, devemos realizar uma comparação com as exigências do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Odontologia. Segundo os artigos 165 e 166 da Resolução CFO – 63 de 2005, o corpo docente em um curso de especialização brasileiro deve seguir as seguintes especificidades: o coordenador do curso deve ter titulação mínima de mestre na área de Odontologia; o restante do corpo docente deve ser composto por no mínimo dois cirurgiões dentistas, tendo, também, ao menos o título de mestre na área da especialidade – ou em área afim – e, no mínimo, um cirurgião-dentista especialista na área. Além disso, todos os docentes responsáveis pelo curso devem estar inscritos no conselho regional referente ao estado brasileiro onde as aulas ocorrem (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, 2012). Para o Ministério, entretanto, o corpo docente deve ser formado por profissionais qualificados, necessitando de um mínimo de 30% de especialistas na área, devidamente diplomados por um curso *stricto sensu*. Não há demandas em relação ao coordenador do curso. Essas exigências são semelhantes aos cursos norte-americanos, onde o coordenador deve ser um especialista com certificação, porém deve também ser um

professor de tempo integral, e que dedique no mínimo 24 horas semanais ao ensino da Endodontia (AMERICAN DENTAL ASSOCIATION, 2018).

Tendo em vista esse panorama, observamos nos resultados que não há conflito com as exigências do Ministério da Educação, uma vez que não há exigências relacionadas aos coordenadores. Sendo assim, as titulações apresentadas suprem as exigências. Ao se comparar os requisitos do CFO, observamos uma prevalência de mestres – 45,2% (228), mostrando paridade com as exigências do Conselho. Porém, 12,7% dos cursos (64) apresentam o coordenador com titulação de especialista. Isso pode inviabilizar o reconhecimento do curso pelo CFO.

Neste estudo foi possível observar, também, que a maioria dos coordenadores dos cursos são homens, representando 69,1 % (349). Esse dado deve ser confrontado com a realidade em que a Odontologia brasileira está inserida. Ao consultar os registros do Conselho Federal de Odontologia, dos mais de 300 mil cirurgiões-dentistas que atuam no Brasil, cerca de 60% são mulheres. Isso não é uma peculiaridade dessa profissão. De fato, os índices da escolaridade feminina subiram. A nível de graduação, foram de 25% em 1970, para 53% na virada do século. A menor presença da mulher como coordenadora de Especializações de Endodontia pode ser relacionada ao fato de que, até as últimas duas décadas, a Odontologia se sustentou como uma profissão masculina, onde a mulher apresentava um papel secundário e, por vezes, com menor qualificação – fato esse que era socialmente aceito à época (COSTA; DURÃES; ABREU, 2010). Felizmente, o papel da mulher tem recebido seu devido destaque, e as constantes mudanças culturais brasileiras têm contribuído para um papel ativo da mulher junto à Odontologia, impedindo que uma estrutura patriarcal se sustente em nossa sociedade. Ainda há espaço para maiores inclusões, uma vez que a equidade numérica nem sempre representa uma equidade de gênero ocupando igualmente posições de destaque, restando, assim, esses espaços de participação feminina que ainda não são equânimes, como o caso das coordenações (GUEDES, 2014).

Quanto a carga horária exigida para os cursos de especialização em Odontologia, ela varia dependendo da especialidade considerada. Segundo o artigo 164, da Resolução CFO – 64 de 2005, na Endodontia, especificamente, se exige no mínimo 750 horas de curso. A parte prática deve representar em torno de 85% da carga total, enquanto as aulas teóricas devem representar em torno de 15% (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, 2012). Para o Ministério da Educação,

a carga exigida mínima é de 360 horas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Isso ajuda a entender o porquê da existência de cursos cadastrados com menos de 750 horas – neste estudo, 12% (61) dos cursos apresentaram carga horária inferior a preconizada pelo CFO.

Ao confrontarmos números de outros países, podemos observar que nosso país exige uma carga inferior. Segundo a Sociedade Europeia de Endodontia, um aluno que busca se tornar especialista nessa área deve ter uma dedicação exclusiva de 3 anos, com uma carga total de 4.500 horas. Esse tempo deve ser dividido entre experiência clínica (60%), atividades acadêmicas (25%) e pesquisa (15%) (EUROPEAN SOCIETY OF ENDODONTOLOGY, 2010).

Não devemos, entretanto, considerar apenas a carga horária preconizada em diversos países, e sim o perfil que se espera de um aluno de pós-graduação em Endodontia. Ao final do curso, deve ser capaz de reconhecer as condições endodônticas, compreender as melhores evidências de tratamento, planejar e manejar sistematicamente os problemas pulpares, conhecer a anatomia do dente, entre outros objetivos (AMERICAN DENTAL ASSOCIATION, 2018; EUROPEAN SOCIETY OF ENDODONTOLOGY, 2010).

6 CONCLUSÃO

Após a execução deste trabalho, pode-se concluir que a oferta de cursos de Especialização em Endodontia no Brasil se apresenta plural e variada. Há uma grande predominância de oferta nas regiões Sudeste e Sul. A imensa maioria é oferecida por Instituições privadas, aproveitando de um mercado crescente no país.

Por inúmeras vezes é possível observar uma divergência nas exigências por parte do Conselho Federal de Odontologia e pelo Ministério da Educação. Isso pode ocasionar problemas, pois as Instituições não têm diretrizes específicas que regulem as Especializações. Além disso, muitos cursos têm falta de informações para consulta, assim como desatualizadas, mostrando uma ausência de fiscalização e acompanhamento, o que pode representar, futuramente, uma diminuição da qualidade dos cursos ofertados.

Conclui-se que é necessária maior rigidez para se obter liberações para a oferta dos cursos, além de ser preciso uma constante avaliação e fiscalização dos mesmos. Ainda, deve haver um consenso entre as Resoluções promulgadas pelo Ministério da Educação e as Diretrizes exigidas pelo Conselho Federal de Odontologia, para que se obtenha uma padronização a nível nacional.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DENTAL ASSOCIATION. **Accreditation standards for advanced specialty education programs in endodontics**, 2018. Disponível em: https://www.ada.org/~media/CODA/Files/2018_endo.pdf?la=en. Acesso em: 4 nov. 2019.
- BLACHER, J. D. *et al.* Defining endodontic residents' clinical experiences: a national survey. **Journal of Dental Education**, v. 83, n. 4, p. 6, 2019.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)**, 2011-2020. Brasília: CAPES, 2010.
- CASAS, A. L. L.; GUEVARA, A. J. de H.; MERIGHI, C. C. Avaliação de serviços em instituições de ensino superior para o desenvolvimento local. **Interações** (Campo Grande), v. 14, n. especial, 2015. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/228>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- CASE, E. *et al.* Endodontic board certification: a review of factors affecting the certification rate. **Journal of Endodontics**, v. 43, n. 8, p. 1255–1261, 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Consolidação para normas nos conselhos de Odontologia**, 2012. Disponível em: <http://transparencia.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/consolidacao.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- COSTA, S. de M.; DURÃES, S. J. A.; ABREU, M. H. N. G. De. Feminização do curso de odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 15, p. 1865–1873, 2010.
- EUROPEAN SOCIETY OF ENDODONTOLOGY. Accreditation of postgraduate speciality training programmes in Endodontology. Minimum criteria for training Specialists in Endodontology within Europe. **International Endodontic Journal**, v. 43, n. 9, p. 725–737, 2010.
- FONSECA, M.; FONSECA, D. M. Da. A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 151–164, 2016.
- FREITAS, C. H. S. de M. Dilemas no exercício profissional da Odontologia: a autonomia em questão. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 11, p. 25–38, 2007.
- GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, realizado em Caxambú - MG - Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. **Anais**, p. 1–17, 2014.
- LEONARDO, M. R. Endodontia: considerações iniciais: definição, importância, conceito. In: LEAL, J. M; LEONARDO, M. R. **Endodontia: tratamento de canais radiculares**. 2. ed. São Paulo: Panamericana, 1991. p. 19-29.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1**, de 6 de abril de 2018, 2018. Diário Oficial da União, seção 1, p. 15, 12 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 6 nov. 2019.

NASHLEANAS, B. M. *et al.* Career influences among final year dental students who plan to enter private practice. **BMC Oral Health**, v. 14, n. 1, p. 18, 2014.

NAZAROVA, E.; MARTIN-PEELE, M.; FIFIELD, J. U.S. Dental specialty residents' expectations and anticipated benefits of academic employment. **Journal of Dental Education**, v. 80, n. 10, p. 1196-1204, 2016.

RAMOS, M. D.; DRI, W. I. O. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. **Acta Scientiarum - Education**, v. 34, n. 1, p. 71–80, 2012.

SILVA, E. J. N. L. *et al.* Acessos endodônticos minimamente invasivos: uma análise crítica baseada em evidências científicas. **Revista da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas**, v. 72, n. 4, p. 631–637, 2018.

TORRES, L. A Mercantilização da Pós-Graduação Lato Sensu no Brasil. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2017.

UNFER, B. *et al.* Expectativas dos acadêmicos de odontologia quanto a formação e futura profissão. **Saúde**, v. 30, n. 1–2, p. 8, 2004.